

# A modernidade aprisionada\*

João Antônio de Paula\*\*

---

## Abstract

The theme of this article is the characterization of a subject that has mobilized Iberian thought and it's American repercussions since the 17th century: the causes of the Iberian decadence after the grandeur this people enjoyed in the 15th and 16th century.

**Key Words:** Iberian Thought; Decadence

---

## Resumo

O tema deste artigo é a caracterização de um assunto que tem mobilizado o pensamento ibérico e seus desdobramentos americanos desde o séc. XVIII: as causas da decadência ibérica, depois do esplendor que aqueles povos vivenciaram nos séc.s XV e XVI.

**Palavras-chave:** Pensamento Ibérico; Decadência

---

## O tema

É irresistível para os povos que já viveram, real ou ilusoriamente, momentos de esplendor tanto buscar fixar os elementos que teriam propiciado os brilhos da glória, quanto, obsessivamente, interrogarem-se sobre as razões da crise, da decadência. Há uma espécie de lei geral, que condiciona gerações inteiras de pensadores, de um lado ao regozijo nostálgico da época de ouro, do pioneirismo, do "milagre", do passado de seus povos, de outro lado à perquirição, a que não falta certa dose de patética lamúria sobre as causas da decadência. Exercícios às vezes brilhantes, às vezes ingênuos estes discurs-

---

\* Texto apresentado no V E.N.Ass. Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

\*\* Professor e pesquisador da FACE/CEDEPLAR/UFMG

sos, que poderiam ser sintetizados segundo a fórmula — “porque me ufano do meu passado” — são universais: inquiridos sobre as causas tanto do “milagre” quanto da crise da civilização grega — a época helenística, a dominação macedônica, e sua decadência; estudos sobre as causas da grandeza e decadência dos romanos, escreveram Montesquieu e Gibbon; as causas da expansão e da decadência dos impérios ibéricos...

O tema deste ensaio é a caracterização de um assunto que tem mobilizado o pensamento ibérico e seus desdobramentos americanos desde o séc. XVII: as causas da decadência ibérica depois do esplendor que aqueles povos viveram nos séc.s XV e XVI. Dito de outra forma e atualizando a problemática, este ensaio buscará caracterizar as vicissitudes da trajetória da modernidade na península ibérica e seus desdobramentos transoceânicos.

Como para todos os que se põem tais temáticas, também aqui o objetivo é, fundamentalmente, buscar, por meio de um artifício etiológico, compreender o nosso tempo e, assim, criar condições para a superação do que é entrave e obstáculo à uma verdadeira emancipação coletiva. Contudo, é possível, que, afinal, tudo isto só revele o que o narrador da Recherche, de Proust, descobriu depois de longa trajetória, a revelação de que só recuperamos o tempo, de que só prolongamos a felicidade quando já a temos no coração, quando é ela, a felicidade mesmo, que nos faz desvendá-la, o que significa dizer que a busca do tempo perdido, a busca de um passado glorioso e feliz é só a projeção dos nossos sonhos, do que está em nós e que nos faz viver e desejar.

#### **A modernidade: características centrais**

É possível divergir muito quanto às características centrais e marcos temporais da modernidade. Grande parte destas divergências decorrem das ênfases que são dadas à aspectos particulares da realidade, necessariamente global que é a modernidade.

No que se segue se vai caracterizar a modernidade como processo global, que marcou o ocidente europeu, a partir do séc. XI, e que se confunde com a emergência, consolidação, desenvolvimento dos seguintes processos: 1) revitalização da vida urbana; 2) constituição e fortalecimento de Estados-Nação centralizados; 3) definhamento das relações de servidão e emergência de novas relações de trabalho; 4) expansão do comércio, da monetização e da produção; 5) as grandes navegações e a conquista e colonização do Novo Mundo; 6) as renascenças artísticas e intelectuais; 7) as reformas religiosas e a Contra-Reforma; 8) a revolução da física clássica...

São transformações tremendas, que produzem uma nova civilização, novas mentalidades, novas sensibilidades, novas concepções e práticas, o início de um processo, que, efetivamente, resultará na *construção da humanidade* pela descoberta do *Outro*, pela aproximação e contatos entre culturas diferentes.

Numa fórmula sintética talvez seja possível surpreender o fenómeno da modernidade como estando marcado por três grandes processos instituintes — o Estado, o Mercado e a Razão Instrumental. “O Estado como obra de arte” como nos disse Burckhardt, como prevalência do interesse público sobre o privado, como espaço da afirmação de direitos individuais e coletivos. O mercado como instituição propiciadora do aumento da riqueza pela amplificação da divisão do trabalho, que ele promove, como está, no primeiro capítulo da *Riqueza das Nações* de Adam Smith. A Razão Instrumental como instrumento da vitória da eficácia, da otimização de meios para o atingimento de fins, o “desencantamento do mundo” e a racionalização de todas as esferas da vida humana, da religião à música, como revelou-nos Max Weber.

Desta ampla e complexa trama construtiva participaram várias gerações e povos do ocidente europeu. Um povo particularmente importante neste processo foi o ibérico. Parte significativa das instituições centrais da modernidade são contribuições ibéricas. Há o séc. XV, em que Portugal é, sem dúvida, a grande potência europeia. Há o séc., XVI, o *Siglo d'oro* espanhol. Depois é a decadência que vem com o séc. XVII

e o seguintes, é a perplexidade, a angústia, a depressão, a apatia, o desespero, que assaltam várias gerações ibéricas ante o espetáculo reiterado da mediocridade asfixiante, que veio ocupar o lugar do que antes era brilho e orgulho, riqueza e poder. Mediocridade, decadência, tibieza, fraqueza, feiura, ignorância, corrupção, venalidade de uma elite inerte, que Goya revela grotesca e assim vinga todo um povo nos retratos que fez de Carlos IV e sua família. Um outro registro desta mesma postura crítica é o que está em Oliveira Martins ao falar da unificação ibérica de 1580 — “Quando as duas nações da península, exangues e vencidas, se abraçaram como dois cadáveres num campo santo (1580)” (MARTINS OLIVEIRA, 1918, p. 322).

Na verdade o tema da decadência ibérica é um tema central para toda a história europeia. Trata-se, fundamentalmente, de discutir porque ao esplendor mercantilista e renascentista dos séc.s XV e XVI, séc.s ibéricos, seguiu-se a grande crise do séc. XVII, o que significa perguntar-se sobre as características da modernidade ibérica que teriam limitado, bloqueado, atrofiado sua efetiva consolidação no sentido da revolução industrial e do desenvolvimento de suas instituições políticas e culturais.

Sabe-se que o séc. XVII foi marcado por diversos conflitos e rupturas em que se destacam a *Guerra dos Trinta Anos* (1618-1648), a Revolução *Puritana Inglesa* (1640-1660), a Fronda francesa (1648-53), as revoluções na Catalunha em 1640, a Independência de Portugal em 1640, as revoluções na Andaluzia em 1641, em Nápoles em 1647...

Sabe-se também que o séc. XVII vê emergir novas potências — Holanda e Inglaterra. Mas sobretudo, o séc. XVII marca o fim da hegemonia ibérica, o fim de um projeto — a restauração do sagrado do Império Romano-Germânico, o fim da restauração da monarquia universal medieval, que acalentou o sonho das monarquias ibéricas, o fim da hegemonia do mundo mediterrânico.

O séc. XVII, século barroco, como foi chamado, século das grandes viragens, da exacerbação das tensões, da explosão de conflitos, abre caminho para a consolidação de uma nova hegemonia na medida em que significa crise e definhamento do capital mercantil e do Estado abso-

lutista, que se são instrumentos da acumulação primitiva do capital, na medida mesmo em que estes processos exitosos, realizam-se, passam a ser entraves para a nova ordem emergente, o capital industrial, o regime do assalariamento, a expansão dos mercados. Nesta medida a crise e decadência ibérica são conseqüências do próprio êxito da península em sua obra instauradora dos pilares da modernidade — a construção do Estado-Nação centralizado, a expansão e hegemonia do capital mercantil, as grandes navegações e a universalização do mercado.

### **A modernidade: fruto ibérico**

Em três aspectos centrais, fundantes da modernidade, é marcante a contribuição ibérica. Portugal e Espanha são matrizes tanto da forma Estado-Nacional, quanto da construção do mercado como realidade global, quanto da afirmação da cultura moderna, isto é, laica, civil, experimental e crítica.

A formação do Estado-Nação português é processo da primeira metade do séc. XII, obra de um príncipe, Afonso Henriques, que, em 1128, se intitula rei de Portugal, título que é reconhecido pelo Papa Alexandre III, em 1179. Trata-se de um longo e tumultuoso processo de batalhas e reveses onde Afonso Henriques demonstrará grande capacidade guerrilheira, em suas lutas tanto contra a presença sarracena, que dominava todo o sul do território português, quanto contra as pretensões de suzerania dos espanhóis. Esta primeira dinastia portuguesa, que estende-se de 1128 a 1383 — “caracteriza-se pela conquista do território aos sarracenos, pela colonização sistemática e pela organização administrativa”. (SÉRGIO, 1981, p. 15). Trata-se, efetivamente, da primeira monarquia centralizada da Europa — “Nas monarquias medievais da Ibéria ocidental, em virtude de várias causas, a autoridade do monarca excede à que cabe contemporaneamente aos outros soberanos europeus”. (SÉRGIO, 1981, p. 16).

Será também de Portugal outra primazia. A de ter realizado a

primeira revolução burguesa na Europa, a revolução que leva ao trono o mestre de Avis, com o título D. João I, inaugurando a segunda dinastia portuguesa, que será responsável pela expansão marítima, pelas grandes navegações, pela ocupação e colonização de territórios africanos, asiáticos e americanos, num processo que é iniciado em 1415, com a tomada de Ceuta, no Marrocos, e que culmina com a viagem de Cabral em 1500.

Jaime Cortesão, em texto polémico que busca caracterizar a Revolução de 1383, a vê como processo *social, nacional, urbano e popular*:

A revolução de 1383, nacional nas suas causas próximas e no objetivo direto, evitar a usurpação estrangeira, nacional ainda que se apresenta em conjunto (e nisto vamos contra a opinião geral) como a obra da maioria da nação e não dum pequena parte; e o resultado da colaboração, ainda que em proporções diferentes, de todas as classes, foi, pelas causas remotas, o predomínio das cidades entre os elementos decisivos, e as conseqüências, uma revolução social, caracteristicamente *urbana e popular* (CORTESÃO, 1984, p. 110).

É ainda do mesmo Jaime Cortesão a aferição de um sentido geral da cultura portuguesa no séc. XIV, que a distingue de todas as outras culturas europeias daquele tempo

Agora podemos definir o sentido da cultura em Portugal no séc. XVI, como sendo laico, até prescindir da intervenção da Igreja na realização do casamento; civilista, até negar ao Papa o direito da investidura e democratizar a coroação; experimental e expansionista, pelo espírito da dúvida e a negação da autoridade dos Antigos, princípios que presidiram aos primeiros descobrimentos atlânticos — enfim, sentido geral e solidário pela mesma tendência da ciência, do direito, da literatura, das artes plásticas e da religião (CORTESÃO, 1984, p. 150).

É muito ampla e funda a presença portuguesa na construção da modernidade. Se já se disse da influência marcante da vida urbana na construção do Estado-Nação português, lembre-se também sua crucial participação no desenvolvimento da ciência náutica e o pioneirismo de instituições criadas pelos portugueses como os seguros marítimos, o reconhecimento do costume como direito, a consolidação do direito consuetudinário, e a imposição do imposto da sisa, imposto cobrado sobre todas as coisas negociadas, e que, portanto, incide sobre toda a população, inclusive sobre o clero e a nobreza.

No campo da construção das novas sensibilidades, a contribuição portuguesa é também decisiva. O romance de cavalaria o Amadis de

Gaula, obra portuguesa do séc. XIV, é expressão de uma nova sensibilidade, de um novo código amoroso, em que o herói é humanizado, responsável por seus atos, livre para viver a experiência humana radicalmente, a partir do único critério efetivamente legítimo: aqueles nascidos do humano, a pureza e a bondade dos sentimentos.

No campo do especificamente econômico é também notável a presença ibérica. Nas palavras de Ranke — “Por volta de 1579 e 1580, Lisboa era talvez o maior centro comercial do mundo” (RANKE, 1979, p. 124). Centro comercial ligado a todos os circuitos de produção e circulação: Europa, África, Índia, América, Pérsia, Arábia... Nas palavras de Jaime Cortesão:

E foi, levados por esse mesmo e livre impulso, crítico e experimental, que os Portugueses, partindo ídolos, mas ardendo nas chamas do Espírito Sagrado, embarcaram para iniciar a maior façanha dos povos do ocidente: o descobrimento do Mundo e a unificação da Humanidade” (CORTESÃO, 1984, p. 151).

Obra fundamental, fundante da modernidade, como diz Hegel:

Ces trois grands faits: ce qu'on appelle la restauration des sciences, la floraison des Beaux-Arts, la découverte de l'Amérique et celle de la route des Indes occidentales, peuvent se comparer à l'aurore qui, après de longues tempêtes, annonce pour la première fois de nouveau un beau jour (HEGEL, 1945, p. 372).

### Limites da modernidade ibérica

Então, uma grande sombra toldou o que parecia a aurora de um novo e belo tempo para os povos ibéricos. Ao esplendor dos séculos XIV, XV e XVI seguiu-se a crise do séc. XVII, crise que não mais abandonará a península.

Daí por diante, cada época, cada geração de pensadores e artistas ibéricos buscará, ao lado da exaltação das glórias do passado, as causas da decadência, os remédios para a regeneração.

Na verdade, mesmo no momento da glória houve quem desconfiasse e recomendasse cautela. O exemplo mais conspícuo disto, entre os portugueses, é Camões. Há em *Os Lusíadas*, publicado em 1572, a fala profética do velho do Restelo, a denúncia da cobiça, da vaidade, da fantasia, da

ferocidade do projeto de colonização português:

“- ó glória de mandar, ó vã cobiça  
 Desta vaidade a quem chamamos Fama!  
 ó fraudulento gôsto, que se atia  
 cúa aura popular, que honra se chama!  
 Que castigo tamanho e que justiça  
 Fazes no peito vão que muito te ama!  
 Que mortes, que perigos, que tormentas,  
 Que crueldades neles experimentas!”

(CAMÕES, 1963, p. 112)

Fala profética que seria retomada, no séc. XVII, pelo padre Antônio Vieira, no seu Sermão *sobre as verdadeiras e falsas riquezas*, pregado na primeira oitava de Páscoa, em Belém do Grão-Pará, em 1656, que é uma condenação da atividade mineratória

E, assim como vos tenho mostrado que as minas, no caso em que se descobrissem, seriam de grande dano, em particular para esse Estado: assim acrescento agora que também para o mesmo reino em geral antes havia de ser maior opressão e ruína que de utilidade e aumento. E, para que comecemos pelos exemplos mais vizinhos: que utilidades se têm seguido a Espanha do seu famoso Potosí, e das outras minas desta mesma América? A mesma Espanha confessa e chora que lhe não têm servido mais que de a despovoar, empobrecer. Eles cavam e navegam a prata, e os estrangeiros, a logram. Para os outros é a substância dos preciosos metais, e para eles a escória” (VIEIRA, s.d., pp. 134-135).

Neste texto Vieira identifica um problema central da forma como se estruturou o mercantilismo ibérico, a sua incapacidade de reter as riquezas produzidas, a tendência a ter déficits crônicos nas suas transações com países, que não tendo minas de ouro e prata, desenvolveram as manufaturas, o comércio, as finanças e os produtos agrícolas.

Há tanto na fala do velho do Restelo, quanto no sermão de Vieira a condenação da aventura, a condenação de um sistema econômico, o mercantilismo metalista, que é diagnóstico sobre os males econômicos da península durante todo o Antigo Regime.

No campo cultural também são abundantes os diagnósticos sobre as causas da decadência

Depois dos dias do Quinhentismo, o que se chama espírito moderno nunca mais vigorou na nossa terra —, se bem que brilhasse, por vezes, em alguns portugueses excepcionais, que se cultivaram no estrangeiro, que se não enten-



deram com os seus patrícios, e que combateram sem resultado a mentalidade do seu país. Para Ribeiro Sanches, no séc. XVIII, Portugal é o *Reino Cadaveroso*; e um satírico, inteligente chamam-nos *O reino da Estupidez* (SÉRGIO, 1972, p. 27-28).

Esta amarga constatação, a de que o *siglo d'oro* converteu-se em cinzas, é quase uma obsessão para os pensadores espanhóis. Em texto cuja primeira edição é de 1939, o grande ensaísta espanhol Azorin, faz balanço do tema, a decadência da Espanha: diz ele que já no séc. XVII há constatação da decadência com Baltazar Gracián, que a vê como resultado das várias guerras que a Espanha travou, e com Saavedra Fajardo, que às guerras acrescenta a conquista da América e a expulsão dos mouriscos como causas da decadência. No séc. XVIII o tema volta a ser tratado por Jovellanos, Cadalso, Cabarrús, que vêem a conquista da América como causa da ruína espanhola. Esta mesma tese está posta, no séc. XIX, por Ganivet. Diz Azorin citando-o:

"El pueblo español" acogió con júbilo la noticia del descubrimiento del Nuevo Mundo, que atraía y seducía como cosa de encantamiento". "Y dejando las prosaicas herramientas de trabajo, allá partieron cuantos pudieron en busca de la independencia personal, representado por le oro: no por oro gerado en la industria o el comercio, sino por el oro puro, en pepitas". (AZORIN, 1952, p. 25-26).

O próprio Azorin, com a amargura típica dos seus contemporâneos, daquela *generación del 98*, impactada pela derrota na guerra com os Estados Unidos e o decorrente fim do império colonial espanhol, dirá:

Pongamos un epílogo a las presentes líneas. Nuestro epílogo es éste: no ha logrado jamás España una época de verdadero y sólido esplendor. Un relámpago ha dicho Jovellanos que duró a gloria de España. Acaso es eso mucho. Nunca gozó España de una firme, estable, honda organización. (AZORIN, 1952, p. 27).

Em Portugal, a geração de 1870, os chamados *Vencidos da vida*, em que se destacam Antero de Quental, Oliveira Martins e Eça de Queiroz, entre outros, também se debruçará sobre o fenómeno da decadência ibérica. Antero de Quental num texto famoso resume o pensamento de sua geração sobre as causas da decadência em três pontos: 1) A Contra-Reforma; 2) o absolutismo que levou à ruína as liberdades locais; 3) as conquistas coloniais longínquas. (QUENTAL, 1987, p. 30).

Como contra-prova Antero lista três processos que teriam sido responsáveis pelo sucesso de holandeses e ingleses, e que são, exatamente, antípodas do prevalecente na península.

Aqueles três fatos civilizadores foram a *liberdade moral*, conquistada pela Reforma ou pela filosofia; a elevação da *classe média*, instrumento do progresso nas sociedades modernas, e diretora dos reis, até ao dia em que os destronou; a *indústria*, finalmente verdadeiro fundamento do mundo atual, que veio dar às nações uma concepção nova do Direito, substituindo o trabalho à força, e o comércio à guerra de conquista. (QUENTAL, 1987, p. 31).

Contudo não se deve perder de vista que a modernidade é fruto ibérico, e a grande questão que se manifesta aqui é, que, mesmo no momento de maior esplendor do poderio ibérico, na época de Carlos V e Felipe II, entre 1519 e 1598, mesmo ali as linhas de força do império impeliam-no para uma trajetória diferenciada do que resultará na vitória do modo de produção especificamente capitalista. Para o pensamento católico conservador de Espanha, exemplarmente representado por Don Marcelino Menéndez Pelayo, a derrota espanhola na corrida da modernização é o preço que teve que ser pago pela manutenção da religião católica:

Y llegamos a fines del siglo XVII con la población disminuída, sin agricultura, sin industria y sin comercio. Pero, en cambio, habíamos sido el único pueblo en Europa que mantuvo intacta su conciencia religiosa y su conciencia histórica en la época de la pseudo-Reforma; habíamos permanecido fieles al espíritu de nuestra civilización en todo y por todo; éramos tan cristianos y tan españoles en 1699 como en 1492; habíamos regalado a la civilización un mundo. Total: nos habíamos desangrado por la religión, por la cultura, por la patria. No debíamos ni debemos arrepentimos de lo hecho. (MENÉNDEZ PELÁYO, 1956, vol. 1, p. 623).

É como uma trama de paradoxos que se faz a obra ibérica de construção da modernidade. Colombo, homem profundamente medieval em suas crenças, ideologias, motivações e geografia é o herói de uma epopéia, fundamental para a emergência da modernidade. Medievais são também as motivações políticas de Carlos V e Felipe II, querem a reconstrução da Monarquia Universal, querem a reimposição da unidade da cristandade, como com Carlos Magno, sob um único pastor (BRAUDEL, 1984, 2º vol. p. 35). Neste esforço acumulam riquezas, abrem-se para o ocidente, lançam-se para o Atlântico, abrem caminho para a expansão e consolidação da acumulação primitiva de capital, da

qual são artífices mas de que não usufruirão os frutos principais porque estes não estavam ainda maduros para a colheita, e só estarão disponíveis para os que forem capazes de, definitivamente, consolidarem a ordem burguesa, o regime do assalariamento e a produção industrial.

### **A modernidade pelas metades: o caso do Brasil**

Já foram apontadas, por diversos autores, as diferenças entre os padrões de colonização de portugueses e espanhóis. Um aspecto mais geral desta diferença talvez seja a tendência espanhola em reproduzir, em sua colônia, na América, instituições e forma de gestão que são extensões das prevalentes na metrópole. Neste sentido, a América espanhola terá modelo de colonização descentralizado, em que as capitanias gerais e os vice-reinados experimentam autonomia relativa considerável, centralização sistemática depois do curto período das capitanias hereditárias.

A América espanhola terá, desde o séc. XVI, universidades, terá imprensa, terá instituições políticas, que são transplantações da realidade Castelhana, como nos mostrou Ots Capdequí, no sentido de buscar assimilar e uniformizar as culturas autóctones. Ainda que nem sempre tenha prevalecido a tese da uniformização e se tenha admitido as práticas locais, o sentido geral da colonização espanhola foi

*se pretendió desde la Metrópoli, primero con los monarcas de la casa de Austria, y más todavía por los de la casa de Borbón, estructurar la vida jurídica destes territorios con visión uniformadora y tratando de assimilarlos a los viejas concepciones peninsulares. (OTS, Capdequí, 1957, p. 12).*

E não só as instituições jurídicas foram transplantadas, é todo um padrão cultural, a estrutura urbana, a arquitetura, as artes plásticas, a literatura, que na América espanhola, respiram e pulsam no mesmo ritmo, segundo os mesmos critérios que os da metrópole — as cidades da América hispânica são rigorosíssimas no respeito ao plano xadrez de seus traçados; a arquitetura religiosa, é uma reprodução do modelo barroco com suas duas torres e sua portada grandiosa; a arte religiosa, a iconografia cuzquenha, a poesia e o teatro,

são ecos do barroquismo espanhol, daqueles grandes modelos que são Santa Teresa de Ávila, São João da Cruz, Quevedo, Tirso de Molina, Gôngora, Calderón e Lopes. Diz Pedro Henriquez Ureña

España dió a sus colonias una organización de cultura tan completa como la que ella mismo possuía. No así Portugal: qui a porque el Brasil estaba mucho más cerca de Lisboa que cualquier dominio español de España, no se establecieron en sus vastas colonias instituciones de cultura superior, si se exceptuán los seminarios, y los más notables entre los brasileños hubieron de ir a Coímbra a seguir sus estudios". (HENRIQUEZ, Ureña, 1969, p. 46).

Será outra a constituição do quadro cultural brasileiro. Sem a transplantação efetiva, senão de forma fragmentada, de instituições políticas e culturais da metrópole, o Brasil terá processo de absorção da cultura portuguesa marcada por dois aspectos gerais: 1) de um lado o processo de constituição da cultura brasileira será sistematicamente compósito, isto é, sincrético, em que a presença dos elementos, étnicos e culturais africanos e indígenas, é uma espécie de filtro que absorve, adapta, adiciona, rejeita, requalifica os elementos da cultura portuguesa, de outro lado o processo de constituição da cultura brasileira terá permanentemente um caráter anacrônico, desconectado no tempo de sua matriz européia, o que significa, muitas vezes, um resultado surpreendente, uma espécie de revelação de aspectos insuspeitados daquelas manifestações quando de suas criações: o arcadismo quinhentista nas mãos dos poetas da "Escola mineira", no séc. dezoito, tem um frescor e vitalidade insuspeitados; o barroco da Contra-Reforma portuguesa é recriado — transformado pelos artistas brasileiros do setecentos, por Antonio Francisco Lisboa, exemplarmente; o romance inglês do séc. XVII, é retomado e expandido em suas possibilidades por Machado de Assis...

A distância dos modelos metropolitanos, o isolamento relativo da colônia, as restrições à uma efetiva atualização cultural, as restrições à veiculação de idéias, determinaram uma espécie de *deglutição* do modelo europeu, uma *deformação* criativa. Nas palavras de Lourival Gomes Machado:

Se, afinal, quiséssemos resumir a conclusão teórica destas notas e, ao mesmo tempo, revisar todas as indicações de fato, diríamos de maneira muito breve mas não menos verdadeira que, se o barroco europeu foi a expressão do despotismo domina-

dor, o barroco brasileiro o foi da liberdade criadora" (MACHADO, 1973, p. 150).

Este desencontro, este desajustamento entre o modelo europeu e sua apropriação — imposição à colônia é o dado central da natureza singular do processo de constituição da modernidade no Brasil. Uma modernidade aos pedaços, fragmentada, contraditória, dessintonizada de suas matrizes européias.

Se o Estado é realidade precoce na península ibérica, no Brasil ele só é imposto, efetivamente, no séc. XVIII, para fiscalizar — tributar — controlar a economia mineratória. Estado fisco e polícia, estas as únicas manifestações da presença do Estado no Brasil por muito tempo. A urbanização, que também é realidade precoce na península, é, no Brasil, fenômeno também relacionado à expansão mineratória nas Minas Gerais no séc. XVIII. A economia colonial brasileira estará, sempre, asfixiada pela pesada trama do pacto colonial e seus instrumentos de espoliação — monopólio do comércio, sistema tributário escorchantes, restrições à produção, à livre circulação de mercadorias e pessoas.

Os grandes processos históricos brasileiros, têm, todos eles, a marca da incompletude, são sempre processos como que entre parênteses, à espera de que uma força maior livre-os da ambigüidade de que parecem prisioneiros.

Assim a *Independência* não significou, de fato, prevalência do interesse nacional seja pela explícita presença dos privilégios ingleses, seja pela hegemonia do "Partido Português" na condução da política no 1º Império. Só com a *Abdicação*, em 1831, haverá preponderância do "Partido Brasileiro" na política brasileira, ainda que do ponto de vista econômico continuasse a prevalecer a situação semi-colonial.

A *Abolição*, para alguns nossa única grande revolução social, também é processo inconcluso na medida que seu corolário necessário, a *Reforma Agrária*, não se processou. Deste modo o ex-escravo continuou marginalizado, excluído de direitos sociais básicos, situação que em grande parte continua a mesma e se expressa hoje nas multidões de despossuídos.

Finalmente, considere-se a *República*, que no Brasil tem sido, historicamente, instrumento do fortalecimento do interesse privado, instrumento da acumulação e concentração de renda, riqueza, capital e poder.

Trata-se fundamentalmente, de reconhecer que a modernidade é mais que a existência de instituições jurídicas garantidoras de direitos formais. Um exemplo disto é o *Código Civil Brasileiro*, de 1917, peça jurídica de grande qualidade técnica, que ao contrário de ser um instrumento de garantia dos direitos da cidadania, que o seu título promete, é sobretudo, a expressão mais acabada da garantia de um único direito, o *direito à propriedade*, num país em que a grande maioria não tem nenhuma, como também não tem acesso à educação, à saúde, à informação.

Heterogeneidade estrutural enorme, desigualdades sociais e regionais, são traços marcantes da sociedade brasileira, que resultam, afinal, que a modernidade no Brasil seja processo fragmentado, parcial e excludente. Se há bolsões de riqueza e sofisticação de consumo, se há setores sintonizados com as grandes tendências do desenvolvimento científico e tecnológico, a grande maioria da população sofre os rigores da miséria, da fome, da brutalidade, da ignorância e das manipulações.

O que é certo é que, apesar das diferenças entre as diversas trajetórias nacionais de implantação da modernidade, todas estas trajetórias têm em comum um mesmo sentido geral: não há modernidade efetiva senão a partir de uma distribuição primária de renda e riqueza, senão mediante a democratização do acesso à educação, saúde, saneamento, qualificação e treinamento. Isto significa dizer que a modernidade significa, no Brasil, reformas estruturais, que promovam, efetivamente, a distribuição da renda, da riqueza, do poder e da informação, isto é, que é precária e inconsistente a modernidade como deleite para poucos, que a modernidade como fruição de elites é eticamente condenável, que a modernidade com interdição de direitos sociais é anti-democrática e obscurantista.

A questão é, então, entender que a modernidade só é capaz de render todos os seus frutos quando é processo coletivo, democrático e enraizado culturalmente. A ausência destes aspectos não impede a criação, que, muitas vezes, expressou o gênio — Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antonio Gonzaga são grandes poetas em qualquer parte que se os enquadre; José Joaquim Emérico Lobo de Mesquita é um mestre mesmo quando comparado aos seus grandes contemporâneos europeus; Antônio Francisco Lisboa é o maior artista plástico das Américas, Machado de Assis Carlos Drummond de Andrade; Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto, são escritores cuja fatura literária tem a marca da universidade.

É esta, em parte, a contradição da modernidade ibérica, a glória dos grandes criadores geniais — Camões, Cervantes, Velásquez, Goya, Fernando Pessoa — e a rarefação de processo consistente de desenvolvimento científico e tecnológico, porque estes dependem da massificação e qualidade do ensino básico, do investimento sistemático, de instituições permanentes de intercâmbio de ensino e pesquisa, de liberdade de pensamento, de instrumentos eficazes de veiculação de informações, de bibliotecas, laboratórios, museus e mais, saúde, saneamento, alimentação, transporte, habitação...

Se os gênios nascem do mistério do fenômeno humano, o sistema literário e artístico, como processos coletivos, o sistema científico e tecnológico, são resultados, são expressões do avanço da democratização da sociedade, da economia e do Estado. Eis a modernidade que é preciso construir.

#### Referências bibliográficas

- AZORIN, *Clásicos y modernos*, 4ª ed., Buenos Aires: Losada, 1952.  
BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II* 2º vol., trad. port. Lisboa: Martins Fontes, 1984.  
CAMÕES, L. Os Lusíadas. in *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1963.

- CORTESÃO, Jaime. *Os Fatores Democráticos na Formação de Portugal*. 4ª ed., Lisboa: Livros Horizonte, 1984.
- HEGEL, G. W. F. *Leçons sur la Philosophie de L'Histoire*. trad. francesa, Paris: J. Vrin, 1945.
- HENRIQUEZ, Ureña Pedro. *Las Corrientes Literarias en la América Hispánica*. 3ª ed., México: F.C.E., 1969.
- MACHADO, L. G. Barroco Mineiro, 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1973.
- MARTINS, O.J. P. *História da Civilização Ibérica*. 6ª ed., Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1918.
- MENÉNDEZ, Pelayo Marcelino. *Antologia General*, vol. I (org.), SANCHEZ Muniain, José M. Madrid: B.A.C., 1956.
- OTS CAPDEQUI, J. M. *El Estado Español en las Indias*. 3ª ed., México: F.C.E., 1957.
- QUENTAL, Antero de. *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*. 5ª ed., Lisboa: Ulmeiro, 1987.
- RANKE, Leopold Von. *Rnake* (Org.). HOLANDA, Sérgio Buarque de. trad. port. São Paulo: Ática, 1979.
- SÉRGIO, A. Ensaaios. Tomo II, *Obras completas*, Lisboa: Sá Costa, 1972.
- SÉRGIO, A. Breve Interpretação da História de Portugal. *Obras completas*, Lisboa: Só Costa, 1981.
- VIEIRA, Ant6nio. "Sobre as verdadeiras e as falsas riquezas". In. SÉRGIO, Ant6nio. (org.) *Prosa Doutrinal de Autores Portugueses*. Lisboa: portugália, s.d.